

CAPÍTULO II

O Problema do Incesto

I

Se fosse permitido o acasalamento entre parentes do primeiro grau, sem dúvida que muitos dos elaborados arranjos que iremos explorar ao longo deste livro seriam desnecessários. Ou assim pareceriam. Dada a ausência do Princípio 4, o nosso grupo mãe-filhos poderia assentar no conchego de um arranjo capaz de procriar e tornar-se-ia completamente auto-suficiente em termos de perpetuação e recrutamento. Todavia, não existe quase nenhum lugar em que esse acasalamento incestuoso tenha sido ou seja encorajado e, pelo contrário, ele é muitas vezes banido radicalmente e todos aqueles que o transgredirem punidos com severidade. É dessa tendência quase universal para banir (ou, pelo menos, evitar) as relações sexuais intra-familiares que consideramos imprescindível tratar a partir de agora.

Como de costume, teremos de ressaltar um certo número de sofismas. Para começar, está irradicada na maioria das discussões sobre o incesto a suposição oculta de que, se a interdição de tais relações não fosse manifesta, as pessoas condescenderiam nelas, quanto mais não fosse na falta de outra alternativa. Afinal de contas, se as pessoas não quisessem praticar o incesto, não haveria razão para o banir. Em segundo lugar, devemos insistir na distinção entre incesto e

exogamia, afluída no último parágrafo do Capítulo I. Na realidade, trata-se tão-somente da diferença entre o sexo e o casamento — e enquanto qualquer adolescente sabe distinguir perfeitamente uma coisa da outra, há muitos antropólogos que as confundem. Nenhuma sociedade (ao que julgo saber) é tão cruel que bana o sexo do casamento e é da mais óbvia conveniência a combinação de ambos; em contrapartida, o sexo sem casamento é algo que está ao alcance de praticamente todos os sujeitos. Isto é importante porque muitas das teorias que se propõem explicar a erradicação ⁽¹⁾ do sexo das relações familiares são, na realidade, outras tantas explicações para a não permissão do *casamento* entre membros da mesma família. Como tal, as regras respeitantes à exogamia familiar não explicam necessariamente porque razão o sexo é banido da família. Não existe qualquer explicação lógica para o facto da não existência de liberdade sexual no seio da família, e menos ainda para o de se banir o casamento entre os seus membros — embora possa haver boas razões de natureza psicológica. Na verdade, se analisarmos as proibições sexuais que recaem sobre outros indivíduos que não os membros da família, descobrimos que as *primeiras* experiências sexuais se fazem muitas vezes com aqueles, precisamente, com quem se *não* pode casar. Por conseguinte devemos fazer uma distinção muito clara entre:

- a) Incesto — que diz respeito às relações sexuais, e
- b) Exogamia — que diz respeito às relações conjugais.

É claro que quando se proíbe duas pessoas de terem relações sexuais, se cortam praticamente cercas as hipóteses de um casamento entre elas — mas pode-se proibi-las de casarem sem que, necessariamente, se lhes proibam as relações sexuais. Portanto, todas as explicações que, propondo-se resolver a questão da interdição da sexualidade na família, avancem as

(1) No que diz respeito à proibição do incesto, faremos uma certa distinção entre *interditar* (formular a proibição), *banir* (instituir a proibição) e *erradicar* (tornar efectiva a proibição). — (N. T.).

mesmas razões de que se servem para resolver a da exogamia, estão condenadas a falhar o seu objectivo — a menos que introduzam uma cláusula que contemple igualmente a erradicação das relações sexuais.

Isto é duplamente importante na medida em que muitos autores escrevem “tabu do incesto/exogamia”, como se estes constituíssem um e o mesmo fenómeno. Ao tentarem explicar porque é que muitas sociedades proibem o casamento entre parentes não pertencentes à mesma família conjugal, eles referem-se a uma “extensão dos tabus do incesto” aos parentes em causa. Aquilo de que realmente estão a falar é, muitas vezes, da extensão das restrições exogâmicas. É verdade que uns e outras coincidem frequentemente — aqueles que estão proibidos de se casar estão também proibidos de ser parceiros sexuais — mas não se pode partir do princípio de que assim é: é algo que tem de ser demonstrado. Certamente que se pode estabelecer uma relação entre as proibições do incesto e as regras exogâmicas — mas, a menos que as saibamos distinguir e que tenhamos o cuidado de dizer sempre a quais delas nos estamos a referir, apenas conseguiremos estabelecer a confusão. A nossa preocupação primordial no presente capítulo é explicar a erradicação do sexo intra-familiar — o tabu do incesto ou a profilaxia do incesto — e deixaremos o tema da exogamia para os capítulos que se referem mais especificamente ao problema do casamento.

Que esta declaração deixe ao menos bem claro aquilo que nos propomos explicar. Queremos saber porque é que, na maioria dos locais e em praticamente todas as épocas conhecidas, tem vigorado uma interdição sobre — ou, senão uma interdição positiva, pelo menos esforços tendentes a evitar — as relações sexuais entre parentes do primeiro grau. É a tal ponto irreflectida a forma como aceitamos essa situação, que se torna muitas vezes difícil convencer as pessoas de que há alguma coisa a explicar no que lhe diz respeito. De facto, aos olhos de muitos homens de espírito, há *tudo* a explicar. Se, prossegue a sua argumentação, o homem não tivesse, numa ou noutra altura, instituído a proibição do sexo intra-familiar, então nunca teria havido nem cultura, nem sociedade: o

homem teria permanecido num estado incestuoso próximo do dos animais. Dessa maneira, eles colocam o tabu do incesto no cerne da nossa humanidade. Isto, como já anteriormente assinaliei, na presunção de que, se não lho impedissem, o homem seria um animal avidamente incestuoso. Em breve voltaremos a este ponto.

Isto de situar o incesto no cerne do desenvolvimento humano, levanta uma outra questão que gostaríamos de esclarecer desde já. É nosso desejo dizer porque é que o tabu foi instituído pela primeira vez — para explicarmos as suas origens — ou é nossa intenção dizer, sejam quais forem as suas origens, o motivo porque persiste? Isto é de uma importância decisiva, na medida em que as razões da sua génese podem não ser as mesmas das da sua persistência.

II

Examinemos, pois, as razões que têm vindo a ser aventadas para explicar essa persistência. Até aqui, a procura de uma explicação para o fenómeno tem sido a procura das respostas a três interrogações fundamentais:

a) Porque é que há-de ser desvantajoso ou desastroso para a família, em particular, ou para a sociedade, em geral, o facto da existência de relações sexuais no interior da família?

b) Porque é que as pessoas são motivadas para a prática ou para a abstinência de tais relações?

c) Porque é que a grande maioria das sociedades as proíbem e punem as infracções a essa regra?

Ora, o ponto c) — que diz respeito à própria formulação do tabu do incesto — pode ou não decorrer dos pontos a) e b): as sociedades nem sempre fazem o que lhes é mais vantajoso; o facto de as pessoas não quererem ter relações incestuosas não significa necessariamente que a sociedade as proíba, e assim por diante. As respostas a estas interrogações podem identificar-se com as razões pelas quais o incesto é proibido —

mas terá de demonstrar-se que essa identificação existe, e não apenas presumi-la.

As explicações destes diferentes pontos podem colidir entre si ou, pelo menos, não ser coincidentes. Consideremo-las, pois, separadamente.

a) Razões pelas quais o sexo intra-familiar seria desastroso. Afirma-se por vezes que o incesto é desvantajoso para a sociedade porque impede o desenvolvimento de estruturas de relacionamento social mais vastas. Esta explicação confunde claramente o tabu do incesto com a exogamia, e quem for capaz de ver isto perceberá que se a explicação tivesse de ser feita em termos das relações estritamente sexuais, seria necessário aditar-lhe uma outra hipótese, segundo a qual “se as pessoas tiverem relações sexuais incestuosos, jamais quererão outras”. Não existem provas de que assim seria. Em algumas sociedades os pais são autorizados a manter relações sexuais com as filhas e estas vêm a casar posteriormente com outros homens sem que, ao que parece, sobrevenham quaisquer problemas. Há muitos casos conhecidos de incesto pai-filha (pergunte-se a qualquer assistente social) que parecem não resultar em laços inquebráveis. Talvez isso pudesse vir abonar em favor da tese em análise mas, mais uma vez, isso teria de ser provado e não simplesmente presumido. Se, portanto, é possível ter-se relações incestuosas e, apesar disso, casar fora do grupo, as vantagens do casamento extra-familiar não explicam a proibição do sexo intra-familiar. Podem, isso sim, ter muito a ver com as regras da exogamia, como veremos.

Afirma-se que outra das desvantagens do incesto é a confusão de relações que sobreviria se as uniões incestuosas fossem permitidas. Tal como o homem da canção (“Eu sou o avô de mim próprio”), nas famílias incestuosas as pessoas andariam confundidas até quanto à sua própria identidade. Este argumento é tão antigo como Philos de Alexandria e tão recente como Kingsley Davis. Assim, diz ele, se um homem tivesse um filho da sua própria filha, então a criança seria irmã da própria mãe — e não seria isso uma autêntica confusão? Podemos ir deduzindo as sucessivas combinações catastróficas

a nosso bel-prazer se acharmos que vale a pena perder tempo com semelhante tarefa. A tese é realmente demasiado tola para continuarmos a sua análise, mas uma vez que algumas pessoas a tomam a sério, dir-lhes-emos, já agora, quais as objecções que se lhe podem opôr. Mais uma vez se confunde o incesto com a exogamia mas, mais importante ainda, é a confusão que se faz entre papel e ordem biológica. Não é tido em consideração que cada pessoa só pode ser uma pessoa de cada vez. Se, na ocorrência de um acto incestuoso isolado, a dita filha tivesse uma criança, esta seria sua descendente e não faria a menor diferença que o genitor fosse o seu próprio pai, o leiteiro ou qualquer dador anónimo. Ainda que o acasalamento entre pai e filha dosse formalizado, e esta se tornasse sua esposa, o que é que poderia suceder? Ela trocaria simplesmente, o papel de filha pelo de esposa.

Os seus filhos serão sempre seus filhos e, socialmente, filhos do pai deles. Que esse pai seja, geneticamente, o procriador da mãe deles, é algo que não vem ao caso. Afinal de contas, no Tibete e noutras regiões do globo um homem pode casar com uma mãe e a respectiva filha, o que não anda muito longe da situação que temos vindo a considerar. Em muitos casos de incesto consumado, a filha “enfia os chinelos” da mãe — isto é, assume o seu papel.

Há outro argumento que diz que o incesto (ou quererá dizer o casamento?) através das gerações é “impossível” porque subverte as relações de autoridade no seio da família. Se, para lhe dar forma, se quiser pôr a questão em termos de as mães não se disporem a partilhar os maridos com as suas próprias filhas, não se chegará muito longe. Duvido que a essas mães seja dado dizer grande coisa sempre que tal acontecer. Mas consideremos a popular forma de casamento dos homens de certas regiões da África com as filhas da irmã da esposa. Aí, a mulher partilha o marido com as suas sobrinhas e isso parece não ter qualquer consequência assinalável. Acrescente-se a este o já mencionado exemplo tibetano e o argumento revelar-se-á inaceitável. Em contrapartida, talvez se possa admitir como improvável que um pai queira partilhar a esposa, ou esposas, com os seus filhos. Mas se nos voltarmos

novamente para o Tibete, encontraremos o sistema da *poliandria fraternal*, em que vários irmãos partilham a mesma esposa. O leque etário desses irmãos é muitas vezes bastante aberto e, segundo se pensa, será o mais velho quem assume o controlo, tal como se fosse um verdadeiro pai. Nessa sociedade, desenvolveu-se um sistema de acesso sexual regulamentado no interior da "família", demonstrativo de que tal método não é impossível.

Contudo, a primeiríssima objecção ao incesto — o grande trunfo dos que afirmam que ele é inconveniente para a sociedade e, como tal, não pode ser universalmente praticado — é o argumento da procriação consanguínea. Esse argumento é bastante simples: o incesto seria desastroso porque as consequências genéticas de uma procriação consanguínea persistente e em circuito fechado seriam desastrosas. A evidência desta última asserção parece-me confusa e, como leigo que sou em genética, acho difícil acompanhar as voltas e reviravoltas do argumento. Algumas autoridades na matéria parecem pensar que existem provas evidentes de que a procriação consanguínea persistente produziria resultados nocivos, outras consideram que poderá ou não ser assim e outras ainda parecem acreditar que talvez daí resultassem alguns benefícios. Tomando o peso a todas essas opiniões, *parece* que a coisa seria mais maléfica do que benéfica mas não há a certeza de que assim seja. Do que não há dúvida é de que existe no folclore genético uma ideia fixa: a de que a procriação consanguínea produz monstros e idiotas. Mas essa noção não é universal nem se coaduna com os resultados das experiências feitas com a criação de animais. No entanto, ainda que fosse verdadeira, como nos ajudaria ela a explicar o tabu e o evitamento do incesto? Ver-nos-íamos obrigados, ou a estabelecer um postulado baseado na selecção natural, dizendo que os grupos que não praticaram a procriação extra-familiar pereceram em virtude dos seus erros e que apenas ficaram os grupos que procriaram extra-familiarmente para poderem sobreviver; ou a remeter as coisas para um acto de contrição consciente e dizer que a espécie humana, ao se dar conta das suas consequências maléficas, se abateu impiedosamente sobre a prática

do incesto. Em qualquer caso, teríamos de passar da mera formulação de possíveis desastres para a declaração das razões subjacentes à emergência do tabu.

Este último ponto traz de novo à baila o argumento das tais “medonhas consequências” que temos vindo a analisar. Dizer-se que o incesto tem consequências medonhas não explica *necessariamente* porque é que ele é objecto de um tabu ou de uma profilaxia. Se invertermos o sentido do problema, isto é, se sublinharmos as “funções” do tabu do incesto, não nos sairemos muito melhor. Com efeito, o problema é, em geral, equacionado através desta expressão: “A função do tabu do incesto é...”. Podemos preencher o espaço em branco com qualquer das teorias anteriores, a saber: alargar as relações sociais, evitar a confusão, impedir os conflitos familiares, prevenir a procriação consanguínea e certamente muitas mais. Poderá ser verdade que a proibição do incesto traga todos estes resultados benéficos — mas, repetimo-lo, eles não explicam necessariamente porque é que ela foi instituída ou porque é que persiste. Como vimos no último exemplo, teremos de procurar um argumento como o da selecção natural ou então postular que o homem teve um repente de consciência, para conseguirmos transpor esse lapso explanatório. Isto conduz-nos ao problema que se segue.

b) *Razões pelas quais as pessoas são motivadas a evitar o incesto.* Têm sido avançadas inúmeras razões para que as pessoas não queiram cometer incesto, se envergonhem de o fazer ou fiquem horrorizadas só de pensarem nisso. Estas atitudes, como já vimos, estão frequentemente associadas ao argumento das “medonhas consequências”. Assim, diz-se às pessoas que atentem, por exemplo, nas terríveis consequências genéticas ou na confusão em que as famílias ficariam, ou em algo igualmente medonho. O busílis está em as pessoas apresentarem uma desconcertante diversidade de razões para se evitar o incesto. Muitas delas têm aspecto de racionalizações. Ainda que se provasse para além de quaisquer dúvidas que o incesto não tinha consequências genéticas nocivas, duvidamos muito que as pessoas que anteriormente tivessem apresentado esse

argumento para contrariar a sua prática se sentissem desobrigadas a ponto de começarem a praticá-lo.

Outra razão que tem sido apresentada é a de que existe uma aversão instintiva ao incesto. Essa tese tem sido posta a ridículo, mas possui ao menos o mérito de pôr a descoberto o mecanismo pelo qual se opera essa suposta aversão ao incesto. O argumento que se ergue contra ela é simples: se um tal instinto existisse de facto, porque haveria de haver proibições? Porquê proibir o que, de qualquer maneira, ninguém quer fazer? Acho esta rejeição demasiado fácil e, mais adiante, voltarei a este ponto. A mesma objecção é levantada contra o argumento de Westermarck, segundo o qual a familiaridade gera o desprezo — isto é, que as pessoas criadas num convívio demasiado íntimo desde a infância veriam os seus apetites sexuais umas pelas outras ficarem como que embotados. Mais uma vez se objecta: se assim fosse, porque haveria de haver proibições? E, mais uma vez, acho que se trata de uma objecção demasiado fácil.

Outro argumento que tem sido avançado é o de que todos nós desejamos cometer incesto. Os antropólogos que se opõem vigorosamente à teses do instinto e da familiaridade nem sempre parecem aperceber-se de que só lhes resta abraçar este argumento.

De todos os proponentes da teoria do “desejo natural”, os mais entusiásticos são, é claro, os seguidores de Freud. Para essa teoria, todos nós somos consumidos por desejos incestuosos que reprimimos constantemente. A maneira como isso funciona não é muito clara. Os fundamentalistas freudianos ainda aceitam o seu ponto de vista de que essa repressão é uma herança comum a todos nós. Segundo essa antropologia psicanalítica, na situação primordial (cuja localização no tempo não é especificada), os jovens machos da horda mataram o macho mais velho para terem acesso às fêmeas de que este detinha o monopólio. Mas, como tinham sido condicionados a guardar-lhe obediência, sentiram remorso e culpa pelo seu acto e, como tal, renunciaram às fêmeas. Todos temos mantido esse sentimento de culpa desde então e, portanto, embora continuemos a sentir desejos incestuosos, reprimimo-los atra-

vés desse mecanismo de culpa inata. Também esta teoria tem sido ridicularizada, mas a verdade é que Freud foi o primeiro a acentuar o que a maioria dos antropólogos tem vindo igualmente a acentuar — que tínhamos de nos tornar não-incestuosos para nos tornarmos humanos. O que ele terá querido dizer é que essa tarefa de nos tornarmos humanos pode ter sido cruel e traumática, e que terá deixado as suas marcas. Mais uma vez, embora a teoria nos possa deixar cépticos, não deixa de ter o mérito de nos chamar a atenção para os mecanismos nela envolvidos e, à medida que descobrimos mais acerca das sociedades primatas e do homem primitivo, seremos, porventura, capazes de construir uma mais plausível teoria descritiva do processo de transição para a humanidade. Eu não me sentiria tão bem apetrechado como muitos dos meus colegas para ridicularizar Freud. Ele ter-se-á provavelmente enganado nalgumas respostas, mas formulou as perguntas correctas.

Tudo isto nos deixa a braços com o problema das motivações conscientes e inconscientes que determinam porque é que as pessoas não cometem incesto e porque é que punem aqueles que o cometem. Poderão responder-nos que não o fazem porque não haveria colheitas se o fizessem, porque Deus os fulminaria ou porque, de toda a maneira, não sentem atracção pelas irmãs. Existe uma grande variedade de motivações conscientes como essas. Mas também pode acontecer que as pessoas não saibam, de facto, quais as razões porque reagem desta ou daquela maneira — razões essas que poderão ser resultado de um condicionamento anterior ou de uma herança recebida *in ovo*. Isto levanta uma questão crucial. As explicações do tipo a) dizem que as sociedades não praticam o incesto porque o incesto acarreta consequências desastrosas e, como tal, “não pode” acontecer a não ser que a sociedade se encontre em processo de extinção. Mas, tal como vimos, isso não explica porque é que as pessoas não cometem incesto ou porque é que o condenam, a não ser que se postule que elas anteviram as possíveis consequências desastrosas ou que, de algum modo, herdaram a atitude desejável. Portanto, tem de se ter o cuidado de se não saltar da exposição das consequências da pre-

...vontade de inculcar a sobrevivência social, por exemplo), para a exposição das *motivações* (conscientes ou inconscientes) que levam a evitar o incesto.

c) *Razões pelas quais a sociedade proíbe o incesto e pune os transgressores.* Esta questão encontra-se manifestamente ligada às duas anteriores mas, mais uma vez, pode muito bem ser que não haja qualquer conexão entre as ditosas consequências do tabu, as razões que as pessoas têm para o observar (sejam elas conscientes ou inconscientes) e as razões pelas quais as sociedades têm leis que proíbem o incesto — as que as têm. As pessoas, por si próprias, podem ficar horrorizadas com a prática do incesto por julgarem que ele engendra a monstruosidade ou a loucura, mas as leis proibiram-no por constituir uma ofensa a Deus (por alguma razão que Ele conhecerá melhor do que nós). A Lei, o sentimento e as consequências benéficas da acção humana nem sempre andam de mãos dadas e pode muito bem ser que, a este nível, nos vejamos confrontados com uma explicação de natureza diversa da que foi requerida pelas outras duas questões. Em sociedades homogêneas e de dimensões reduzidas, pode perfeitamente acontecer que todas essas coisas se encontrem interligadas: a sobrevivência, os sentimentos e as sanções talvez estejam intimamente relacionados. Mas não acontece o mesmo em toda a parte.

III

Recapitulando, encontramos-nos então confrontados com teorias que pretendem explicar:

1. O tabu do incesto (restrições sexuais) e as regras exogâmicas (restrições conjugais);
2. As origens e a persistência de 1.;
3. As consequências (sobrevivência, saúde física e mental, etc.), motivações (medo, indiferença, etc.) e sanções do incesto.

Tudo isto pode estar relacionado mas, a não ser que saibamos manter claramente as distinções, jamais desvendaremos essas relações.

Um problema que é comum a todas estas teorias — para além da forma como algumas delas saltam das consequências para as causas — é a sua reivindicação de universalidade. O resultado dessa reivindicação é acabarem por chocar umas contra as outras e parecerem irreconciliáveis. Tomemos duas dessas teorias:

a) Não pode haver sexo na família devido à sua estrutura de autoridade. Se o incesto fosse permitido, sobreviriam disputas pela posse das mulheres cujas consequências seriam desastrosas. etc., etc.

b) Não pode haver sexo na família porque isso confinaria a energia libidinal a esse grupo restrito e as pessoas não sentiriam desejo de a deixar. As primeiras tendências amorosas são sempre incestuosas e as pessoas têm de ser afastadas delas; sem um tabu sobre o incesto isso não aconteceria, de onde não haveria exogamia, de onde...

Ora, estas duas teses estão claramente em desacordo. A primeira diz que quanto mais nos deitarmos juntos, mais nos afastaremos uns dos outros; a segunda, que quanto mais nós deitarmos juntos, mais felizes nos sentiremos e nada conseguirá afastar-nos. *Se ambas se arvorarem em universalmente verdadeiras, será inevitável que pelo menos uma delas seja falsa. Tomemos agora outras duas que também já encontraremos anteriormente:*

c) As pessoas desde sempre reprimiram os seus desejos de relações sexuais incestuosas; como esses desejos têm muita força, elas instituíram pesadas penalidades para o incesto a fim de os manterem em estado de repressão.

d) As pessoas criadas numa grande familiaridade desde a infância não sentem desejos sexuais umas pelas outras e são, por conseguinte, avessas ao incesto.

Também estas duas teses não poderão ser simultaneamente correctas se ambas proclamarem que são universalmente verdadeiras. Mas será que, em qualquer dos quatro casos apresentados, a verdade descoberta por cada um desses mui inteligentes observadores terá de ser necessariamente universal? Será que todas as pessoas, em todas as sociedades e em todas as épocas, tiveram de ter desejos incestuosos reprimidos? Será que todos os casos de sexo intra-familiar conduzem fatalmente a uma disputa pelas mulheres? A inamovível rigidez de tais teorias torna difícil a sua utilização e está em flagrante contraste com a maleabilidade que é apanágio dos seres humanos.

Não há, de facto, um horror universal face ao incesto, e muitas sociedades não prevêm castigos severos para os seus praticantes ⁽¹⁾; noutras constitui prática corrente e, noutras ainda, parece haver uma genuína indiferença no que lhe diz respeito. Quando se começa a atentar nessa diversidade, a questão passa a ser não a de encontrar alguma resposta universal bem urdida, mas a de tentar estabelecer a *gama de variações* existentes.

Regra geral, o incesto ou não ocorre, ou é proibido, ou é proibido embora não ocorra (embora isso seja menos universal do que habitualmente se imagina), mas não se deve inferir daí que em todas as épocas e lugares ele tenha sido interditado pelas mesmas razões e pelos mesmos motivos. As sociedades, as culturas e as personalidades típicas diferem acentuadamente, e o mesmo acontece com as razões que levam as pessoas à acção.

IV

Embora pense que essa gama de variações é passível de ser exposta (e tentarei expô-la mais tarde), seria deveras curioso que toda uma série de causas distintas tivessem conduzido

(1) Veja-se o caso recente da Suécia, onde o incesto entre maiores deixou de ser punível por lei. — (N. T.).

separadamente ao mesmo resultado em quase todas as sociedades do globo. Para explicar a quase universalidade de um certo tipo de evitamento do incesto, penso que deveremos pegar na questão das origens. Foi por isso que me mostrei relutante em demitir Freud e me inclinei respeitosamente diante da teoria da selecção natural. Vamos, em primeiro lugar, confrontar-nos com esta última.

A melhor versão que jamais encontrei dessa teoria diz algo como o seguinte: "O Homem é um desses produtos mais recentes da evolução onde estão incluídos os animais de maior porte, maior longevidade, mais lenta maturação e maior inteligência. Tal como estes, ele está sujeito aos efeitos perniciosos da procriação consanguínea persistente." Para a referida teoria, este é um ponto assente. A maioria dos animais incluídos na mencionada categoria dispõem de um mecanismo de prevenção dessa procriação consanguínea persistente. A assexualização psíquica (que não tem de se aplicar a nós), a competição entre as gerações e a promiscuidade são os mais comuns. Na competição, dá-se o fenómeno de os indivíduos já maduros expulsarem os mais novos assim que estes atingem a maturidade sexual. Isso reduz a procriação consanguínea, uma vez que os jovens têm de procurar companhia noutro sítio que não na sua família natal. A promiscuidade também reduz a procriação consanguínea, na medida em que incrementa significativamente o número de acasalamentos extra-familiares. Mas se o homem primitivo, ou até os seus antepassados sub-humanos, viveu — como acontece com alguns animais — em grupos familiares relativamente estáveis (a teoria também o presume), então nem a expulsão nem a promiscuidade seriam adequadas enquanto mecanismos de redução da procriação consanguínea. Como vimos no Capítulo I, um dos problemas postos pelo lento amadurecimento da cria humana é o facto de ela se tornar sexualmente madura antes de estar inteiramente preparada para assumir um papel independente. E numa sociedade do tipo do bando, por exemplo, este tem de manter-se junto. Portanto, a expulsão dos adolescentes pelos mais velhos seria desastrosa e uma solução sem viabilidade. Tão-pouco a promiscuidade poderia funcionar, se se partir do

princípio de que os grupos envolvidos são do tipo familiar e relativamente estáveis. Temos, por conseguinte, o problema de uma criatura adulta a quem não é possível expulsar os seus adolescentes, entretanto sujeitos a um apelo sexual crescente. Isto levanta o problema do conflito. O único lugar para o jovem satisfazer o seus impulsos sexuais seria o seio da sua própria família. Em muitos animais do tipo que atrás mencionámos, os motivos das disputas entre membros de uma mesma família são desta natureza — sendo que o jovem acaba geralmente por ser expulso.

Portanto, ao animal humano deparavam-se dois problemas: o dos efeitos da procriação consanguínea e o da competição no interior do grupo familiar. Este último podia resolver-se, como já vimos, através de algum tipo de regulamentação dos acasalamientos no interior da família — mas o problema da procriação em circuito familiar fechado manter-se-ia de pé. O único mecanismo pelo qual *ambos* os problemas poderiam ser enfrentados e resolvidos, seria a instauração de um tabu sobre as relações sexuais entre os membros da mesma família. Dessa forma, a selecção natural entraria em funcionamento, promovendo a sobrevivência dos grupos que procriassem no exterior e a extinção dos que o não fizessem.

Ora, esta teoria presume uma série de coisas que são questionáveis, não só em termos da genética como no que respeita à existência de um agrupamento original especificamente *familiar*. O grande grupo animal em que nos incluímos tende, com efeito, a formar grupos desse tipo — em resultado, provavelmente, da maior longevidade e inteligência dos seus indivíduos. O que é certo é que até o homem ter desenvolvido agrupamentos familiares estáveis, a promiscuidade aberta no interior da horda terá provavelmente servido com alguma eficácia a limitação dos efeitos nocivos da procriação consanguínea. No entanto, essa eficácia não terá sido tão grande, do ponto de vista genético, como a do método proposto — e a argumentação avança por terrenos menos firmes.

Se no entanto aceitarmos, a bem da argumentação, que algo de semelhante possa ter ocorrido (sem termos rendido a devida justiça à ingenuidade da teoria), seguir-se-á que o tabu

do incesto é um mecanismo cuja origem se prende com o seu potencial selectivo superior. Mas isso deixa ainda em aberto a questão do motivo da sua eclosão. A teoria da selecção natural não exige que se responda a essa pergunta. Não lhe importa o motivo porque eclodiu — pode ser considerado como uma espécie de mutação —, o que lhe importa é o facto de ele ser portador de um potencial selectivo superior. Assim, aqueles grupos que se recusaram a permitir que os parentes em primeiro grau acasalassem uns com os outros, sobreviveram e asseguraram a sua sucessão. A teoria sugere que a competição entre gerações foi a grande responsável pela eclosão do tabu sobre o incesto. O pai (tal como na teoria de Freud) jamais permitiria que os filhos tivessem acesso às mulheres da família — e, em particular, à mãe. Visto que é isso que sucede em muitas sociedades animais, é plausível que pelo menos algumas populações humanas tenham seguido o mesmo rumo e assim tenham sobrevivido para se tornarem nos nossos antepassados. Não se explica por que motivo o tabu havia de aplicar-se à relação entre o pai e as filhas, mas deve acrescentar-se em sua defesa que essa relação parece ser a que menos é afectada pela existência do tabu.

Existe uma outra teoria, em muitos aspectos mais sólida do que esta e que nem sequer precisa de se hipotecar a qualquer intervenção da selecção natural. Essa teoria afirma, muito simplesmente, que as próprias características demográficas das populações humanas primitivas tornavam relativamente difícil a procriação consanguínea. Portanto, o homem procriava fora do grupo porque não tinha outra alternativa e não por causa de qualquer tabu sobre a procriação consanguínea. Consideremos os factos demográficos tais como deveriam apresentar-se ao tempo das primeiras populações humanas. A longevidade devia ser reduzida (com uma esperança de vida máxima de, digamos, 35 anos) e a puberdade relativamente tardia — digamos, aos 15 anos ou mais. A taxa de mortalidade infantil devia ser elevada — pelo menos 50 por cento. O homem tem tendência para produzir filhos singulares e não em ninhada, havendo pois que contar com o espaçamento entre os nascimentos. Esse espaçamento podia ainda ser aumentado

pela mortalidade infantil e por medidas de controlo populacional, tais como o infanticídio, o aborto e a abstinência — que se sabe terem sido todas praticadas em condições extremamente precárias. Há também a possibilidade de que uma amamentação prolongada em mães relativamente sub-nutridas pudesse inibir o respectivo processo de ovulação. Como a maioria das crianças nascidas em condições primitivas mamam até uma idade bastante avançada, também isso contribuiria para limitar o número de nascimentos e aumentar o espaçamento entre eles. Todos estes factores colocavam severas restrições às possibilidades de uma procriação consanguínea regular. Na altura em que um rapaz atingia a puberdade, a sua mãe teria provavelmente atingido a menopausa ou estaria já morta. O mesmo se passava entre irmãos e irmãs dado que, embora as suas hipóteses de acasalamento fossem maiores, seriam ainda assim escassas — especialmente se, como a teoria presume, fosse necessária uma divisão sexual do trabalho para garantir a sobrevivência e os homens procurassem companheiras com essa finalidade e não apenas com propósitos sexuais. A irmã mais velha de um rapaz já teria sido mais que provavelmente “tomada” na altura em que ele atingisse a puberdade, e ele próprio teria já encontrado companheira quando a sua irmã mais nova atingisse a idade adolescente. Uma série consecutiva de filhos do mesmo sexo faria aumentar, evidentemente, as probabilidades de uma procriação extra-familiar.

Assim, proclama a teoria, os primeiros homínídeos ter-se-ão visto provavelmente impedidos de praticar o incesto com muita frequência, ainda que o desejassem. Nas ecologias mais simples (e ainda hoje subsistem sistemas semelhantes), a maioria das pessoas acasala fora da família na maioria das vezes, não para obviar ao problema da procriação consanguínea e da competição, mas por ser essa a única forma de acasalamento possível.

Ora, uma vez mais a teoria é abundante em pressupostos — geralmente bem fundamentados — no que respeita às condições sociais e biológicas dos primitivos humanos. Alguns desses pressupostos — como o da necessidade de uma divisão sexual do trabalho e o do efeito do aleitamento sobre a gravi-

dez — poderão carecer de justificação, mas a teoria tem algo de atraente na simplicidade que dela emana. Há um certo número de factos relativos à vida dos primeiros hominídeos que nenhuma das teorias toma em linha de conta. Por exemplo, como vimos no Capítulo I, todos os primatas que vivem em hordas possuem uma hierarquia de dominância e os machos dessa hierarquia detêm o monopólio das fêmeas. A maioria dos machos jovens ou incapazes são escoraçados para os confins do território e excluídos do processo de acasalamento. Isto, por si só, deverá ter servido para evitar a procriação consanguínea, mas as unidades envolvidas eram machos hierárquicos *versus* machos não-hierárquicos, em vez de “pais” *versus* “filhos”, como no interior de uma família nuclear. As fêmeas tendiam a deslocar-se para cima e para baixo, ao longo da hierarquia, sendo que as fêmeas de posição mais elevada se tornavam consortes dos machos dominantes, embora estivessem sujeitas a cair em desgraça. Isso deverá ter também contribuído para a ocorrência de acasalamentos à toa e em nenhum destes processos se encontra implícito qualquer tabu sobre o incesto. Só quando se atingiu um estágio de desenvolvimento cultural em que os grupos familiares estáveis cristalizaram definitivamente é que se tornou necessário um tabu sobre o incesto de alcance geral (isto é, abrangendo todos os membros da família).

Então e quanto às condições contemporâneas? A teoria demográfica e a teoria da selecção natural presumem, ambas, que as *consequências* da prevenção do incesto ofereciam, antes e mais do que uma prevenção da procriação consanguínea, vantagens adaptacionais significativas. Referimo-nos às vantagens sociais decorrentes de forjarem redes de alianças mais vastas para a defesa e para a cooperação económica. Portanto, defende a teoria da selecção natural, em sociedades baseadas no parentesco o tabu foi mantido devido a essas vantagens. A tese demográfica coloca a questão da seguinte maneira: visto que os homens têm procriado fora do grupo desde os tempos mais remotos, erigiram um complexo de instituições, ao nível do parentesco, que pressupõe esse tipo de união — e que nele se alicerça. Ora, à medida que a sofisticação tecnológica

aumentava, a vida alongava-se e a mortalidade infantil, assim *como todas as antigas barreiras naturais que se opunham ao incesto*, iam progressivamente desaparecendo. Por conseguinte, em muitas das sociedades actuais seria bastante acessível à maioria das pessoas cometerem incesto se o desejassem, isto é, se encontrassem um parceiro disposto a isso. Mas, num certo sentido, fez-se demasiado tarde. As nossas sociedades já foram construídas sobre a premissa de que as pessoas procriarão fora da família e não nos será fácil inverter esse estado de coisas. Em termos evolucionistas, os melhoramentos que mencionámos são muito recentes. Por isso, o tabu persiste. Ambas as teorias admitem a possibilidade de que não tenha de manter-se para sempre.

É claro que se encontram muitos exemplos de sociedades em que o incesto é permitido ou até compulsivo para determinados sectores da população (isto talvez desminta a ideia de que as pessoas podem "ver" os efeitos nefastos do incesto e de que isso lhes basta para o erradicarem). Para a teoria demográfica, quando a acessibilidade ao incesto se tornou mais comum, na maioria das sociedades prevaleceu, ainda assim, o já irradicado padrão da procriação extra-familiar; mas nalguns casos em que as vantagens não eram assim tão óbvias e em que a procriação intra-familiar poderia até apresentar nítidas vantagens, a sua prática foi permitida e mesmo encorajada (por exemplo, certas famílias reais ou hierarquias religiosas, ciosas de preservar a exclusividade do seu sangue, poderiam praticar o casamento irmão-irmã). Desta forma, a teoria demográfica admite a possibilidade de uma ligação indissociável entre as origens do tabu sobre o incesto e a sua persistência.

A teoria da selecção natural inclina-se também nesse sentido. O tabu surgiu por causa das suas vantagens selectivas, mas acabou por promover importantes transformações sociais que levaram à sua persistência. Mas há uma outra conclusão que a teoria parece ter pudor em formular: a de que um longo processo de selecção natural possa ter produzido uma criatura dotada de algo semelhante a um *instinto* de procriação extra-familiar. Penso que, aqui, a dificuldade reside em que aquilo que foi produzido não tenha de ser, necessariamente, um ins-

tinto *específico*. Foi a ideia de que possa haver um instinto *específico* que foi posta a ridículo — e talvez com razão. Mas, a mim, parece-me que um processo de selecção que se desenrolou ao longo de um período de, digamos, um milhão e meio de anos, deverá ter deixado a sua marca. Essa marca poderá ser ou não um instinto de aversão ao incesto — e isto porque é manifestamente difícil reconstituir todos os passos dados pela evolução. Se uma criança for separada dos pais à nascença, por exemplo, como poderá saber quem evitar anos mais tarde? O que se produziu foi, antes, uma síndrome de características biológicas em torno da pulsão sexual e desse importantíssimo mecanismo evolutivo que é a consciência.

Uma das mais importantes características do homem é a sua natureza relativamente não-especializada — a sua capacidade de não se deixar subjugar por nenhum instinto em particular. Ora, ao mesmo tempo que lhe traz grandes vantagens, essa peculiaridade subtrai-lhe uma parte da segurança proveniente de se ser dirigido por instintos. Para substituir essa segurança instintiva, o homem desenvolveu mecanismos auto-inibidores ao nível da consciência. O grupo — a sociedade — é a unidade de sobrevivência humana, e para que o grupo sobreviva deve assegurar que os seus membros obedeçam a essas regras e costumes que o tempo lhe ensinou serem vantajosos em termos da dita sobrevivência. Nos animais, isso é assegurado pelo desenvolvimento de instintos adequados; no homem, é a sua capacidade de inibir desejos pessoais em favor dos interesses do grupo — isto é, em conformidade com as suas regras — que opera para atingir os mesmos objectivos. Essa capacidade está instalada no sistema nervoso central e habilita o homem a inibir os seus próprios impulsos e a ser condicionado para aceitar regras aprendidas. A culpa (por muito ténue) constitui o meio de lhe fazer lembrar que está a transgredir as regras. Como é que isto se liga ao incesto? Bom, se a teoria da selecção natural tiver razão, a todos estes milhares — ou mesmo centenas de milhares — de anos, só os grupos que instituíram o tabu sobre o incesto sobreviveram. Para tanto, deverá ter havido grupos cujos membros eram susceptíveis de condicionamento na esfera do comportamento sexual e

da agressão num grau bastante apreciável. O sexo é uma pulsão humana de grande intensidade e, contudo — e é aí que está o busílis —, altamente maleável. Se aceita ser extensivamente trabalhado pelo dispositivo auto-inibidor da consciência, isso só é possível, provavelmente, por ser tão forte que o sistema nervoso desencadeia uma reacção inibitória contra ele. A agressão constitui outra propensão humana de natureza semelhante. Ora, os grupos que sobreviveram devem ter sido grupos constituídos por indivíduos dotados de fortes pulsões agressivo-sexuais para que tenham conseguido manter-se vivos e propagar-se. No entanto, esses impulsos eram controláveis por poderosos mecanismo inibitórios e por sanções interiores de culpa e remorso. Só assim poderiam ser contidos os impulsos sexuais em relação aos outros membros da família e a agressividade dos machos mais novos contra os mais velhos. O facto de isto parecer funcionar menos bem na relação entre pais e filhas revelar-se-á conforme às nossas ideias a respeito da sociedade proto-humana e da natureza da família conjugal. Não posso apresentar qualquer prova de que assim seja — limito-me a dizer que parece mais fácil induzir a culpabilidade sexual do que a culpabilidade em relação a qualquer outra pulsão (a da fome não tem lugar no presente quadro), sendo que a de agressão não lhe fica muito atrás nesse aspecto. E é um dado da fisiologia que o controlo cortical da actividade sexual distingue os primatas mais evoluídos e os homens dos restantes animais.

Portanto, através desta extensão, provavelmente infundamentada, da teoria da selecção natural, podemos argumentar que houve uma síndrome de comportamentos geneticamente determinados que tornou o ser humano, e em particular o jovem púbere, susceptível à culpabilização e a outras formas de condicionamento ligadas aos impulsos agressivo-sexuais. Embora isso não seja nenhum instinto anti-incesto específico, não deixa de constituir um conjunto de respostas instintivas que teriam facilitado o desenvolvimento de inibição relativas à sexualidade familiar, capazes de promover a sobrevivência das populações que apresentavam tais características. Ao argumento que interpõe “para que precisaríamos nós de um tabu se

existisse um instinto contra a prática do incesto?”, penso que o que acima ficou exposto dará uma réplica parcial. E, em qualquer caso, quanto mais aprendemos acerca dos instintos mais nos apercebemos de que os “instintos” são, na realidade, determinantes do comportamento e de que precisam de catalisadores ambientais para a sua completa realização. Muitas circunstâncias, numa criatura tão maleável como é o Homem, poderão agir no sentido de um funcionamento adequado desses mecanismos inibitórios e, como tal, tornar possível a ocorrência do incesto. Daí que a restante população pudesse perfeitamente ter sentido a necessidade de instaurar algum tipo de sanção para prevenir a ocorrência de uma coisa em relação à qual, sabiam-no, haveriam de sentir-se culpados e que, conseqüentemente, deveria estar errada.

Este ponto relativo à maleabilidade dos seres humanos terá de ser um pouco mais desenvolvido já que, segundo penso, ajudará a compreender a amplitude da variação das reacções ao incesto que anteriormente nos propusemos analisar. Se aceitarmos, situando-nos numa ou na outra das teorias da origem, que o Homem de alguma maneira ficou “apegado” ao tabu sobre o incesto — ainda que na ignorância das razões que o levaram a instaurá-lo —, faltar-nos-á ainda explicar a razão porque parece existir essa tão grande amplitude de variação no entusiasmo com que ele persegue os seus transgressores, no horror que a transgressão lhe inspira e, até, na tolerância com que, em muitos locais, se permite encarar a sua prática.

Começaremos por assinalar que não é conveniente metermos todas as manifestações do incesto num mesmo saco, como muitos autores fazem. Isso é ignorar o facto crucial de que as três combinações incestuosas possíveis — pai-filha, irmão-irmã e mãe-filho — são bastante diferentes sob muitos aspectos. A distinção mais imediata é a que se faz entre o incesto inter-generativo e o incesto homogenerativo. Nos casos inter-generativos, temos a interacção de organismos adultos com organismos ainda envolvidos num processo de lenta maturação; nos homogenerativos, estamos em presença de dois orga-

nismos em estado de maturação relativamente próximo (¹). A segunda distinção mais importante é a que opõe as situações mãe-filho às situações pai-filha. Isto leva-nos de volta à discussão da família conjugal e dos diferentes lugares que o pai e a mãe ocupam em relação aos filhos. Essas diferenças reflectem-se nas taxas de ocorrência das várias combinações de que temos conhecimento. Este tipo de dados é difícil de obter por razões óbvias, mas a minha leitura da situação é que a ocorrência do incesto pai-filha é de longe a mais frequente, a do homogerativo é variável mas não tão frequente e a do mãe-filho é rara ou inexistente. A raridade desta última situação parece-me perfeitamente razoável, talvez porque na altura em que um homem atinge a maturidade é muito provável que não queira estabelecer ligação alguma com uma mulher relativamente idosa. É claro que isto será menos verdadeiro em sociedades avançadas, onde a puberdade acontece mais cedo e as mulheres se conservam em bom estado durante mais tempo — mas, aí como em toda a parte, é de esperar que o pai reaja com violência a essa perspectiva. A relação irmão-irmã encontra-se particularmente sujeita às variações da experiência de socialização. Todavia, a relação pai-filha é claramente a que se encontra mais exposta às possibilidades de incesto. Nem a diferença de idades nem a questão da autoridade interferirão nela — e isso vem ao de cima quando se olha para a respectiva taxa de ocorrência. Porém, todas estas relações são maleáveis e o seu conteúdo sexual pode ser empolado ou esvaziado por toda uma série de condicionalismos socio-culturais. O comportamento sexual, como já vimos, baseia-se numa pulsão tão forte que está especialmente sujeito a condicionamentos. Seria capaz de suspeitar, por exemplo, que aquelas sociedades que fazem um tremendo alarido em torno do incesto — imolando os seus transgressores em fogueiras e coisas no género — são também as que maiores rodeios fazem em relação a todas as outras questões sexuais. Do lado oposto, as sociedades que se mostram relativamente indiferentes à prática do incesto serão

(¹) O autor, habitualmente tão escrupuloso, não prevê a existência do tal fosso etário entre irmãos. — (N. T.).

também as que têm uma vida sexual mais liberta em todos os aspectos. O preço que pagamos pela maleabilidade e condicionabilidade dos nossos impulsos sexuais traduz-se naquilo a que Freud chamou “as vicissitudes do *id*” — no facto de a nossa sexualidade ser capaz de se manifestar numa elevada amplitude de variações e num vasto leque de perversões.

Um aspecto que tenho procurado fazer ressaltar ao longo do presente capítulo é que o incesto não é tão *prevenido* como evitado (¹). Raramente é preciso estipularem-se sanções impiedosas ou instilarem-se pavores supersticiosos para prevenir que as pessoas cometam incesto — de qualquer maneira, parece que elas, pura e simplesmente, o evitam. Rejeitam-no porque o não querem. As sanções têm de ser dadas a conhecer mas, tal como vimos, podem não se relacionar sequer com aquilo que as pessoas efectivamente sentem a respeito do incesto. Parece ter-se desenvolvido uma crença no folclore antropológico, segundo a qual todas as sanções aplicadas ao incesto são temíveis — mas tal não acontece. Algumas são extremamente brandas e há certas sociedades em que a questão é inteiramente deixada aos ditames da consciência e aos mecanismos de auto-punição de cada um. Em muitas sociedades, a atitude é da mais completa indiferença — como que a sensação de que, seja como for, só imbecis desejariam dormir com as próprias irmãs; é um comportamento “repugnante” e tais pessoas deverão ser consideradas indignas do menor respeito e talvez vagamente repreendidas — mas ninguém mexe uma palha a esse respeito.

Ora, se o incesto é de uma maneira geral evitado, como resolveremos nós a questão levantada, tanto pela teoria do “instinto” como pela de que “a familiaridade gera o desprezo”: se ele é evitado, que necessidade temos nós de sanções? A resposta a isto é que, em primeiro lugar, nem sempre há sanções e em segundo, que esse “evitar” nunca é absoluto. O facto da maioria dos homens ser heterossexual não impede a existência de homossexuais. O mesmo se passa em relação ao incesto. Haverá sempre uma minoria que quererá praticá-lo, ainda que a maioria o não faça — e esta exercerá uma pressão

(¹) No sentido de omissão — (N. T.).

para que aquela “entre na linha”. Cometem-se muito poucos assassinios em cada ano que passa, mas isso não nos impede de instaurar pesadas sanções contra o homicídio. O facto é que a maioria das pessoas não assassinam as outras e as nossas instituições contam, à partida, que as coisas continuem a passar-se dessa forma. Também a maioria das pessoas não comete incesto e as nossas instituições (e, em particular, as das sociedades primitivas) partem do princípio de que assim haverá de continuar a ser. Por conseguinte, as sanções têm de ser instituídas, por muito suaves que sejam, para manter os desviacionistas na linha. O maior ou menor grau de violência dessas sanções estará porventura relacionado com a maior ou menor violência instalada na sociedade em questão e, como já dissemos, com a natureza — mais permissiva ou mais governada pela ansiedade e pelo secretismo — da sua vida sexual. A explicação do incesto a partir das sanções que lhe são impostas tem sido, talvez, o osso mais duro de roer de todo este tortuoso debate da proibição do incesto.

Em conclusão, diria que o incesto é geralmente mais evitado do que activamente prevenido e acrescentaria ainda outra premissa — a de que as relações sexuais entre parentes do primeiro grau não são, de maneira nenhuma, diferentes das relações entre pessoas sem laços de parentesco. Assim, eu não subscreveria, tal como já afirmei, a noção de um instinto específico referente ao sexo intra-familiar. Esse instinto aniquilaria por completo tanto a noção da rejeição “natural” como a do desejo “natural” do incesto. O que é diferente, no que diz respeito aos membros da família, é a íntima associação que eles estabelecem uns com os outros. São as voltas que essa associação der que hão-de determinar se a sua atitude face ao incesto será de indiferença ou, pelo contrário, de um horror angustiado.

Poderemos talvez destacar duas situações extremas. Na primeira situação, o processo de socialização é “fácil”. Permite que irmãos e irmãs disfrutem de grande familiaridade entre si, o mesmo acontecendo entre pais e filhos. Em resultado dessa permissividade, a atracção sexual de uns pelos outros é silenciada — reduzida a um nível mínimo — e, enquanto houver

abundância de outros objectos sexuais que não os membros da família, as crianças da família escolherão voluntariamente o acasalamento fora dela ao atingirem a puberdade. Porque ocorrerá esse silenciamento da atracção sexual (e parece ocorrer com grande frequência), é difícil dizê-lo. Sugeri anteriormente que uma interacção física intensa poderia (existem provas disso ao nível dos animais) provocar essa atitude ou levar a que sobreviesse o tédio. O primeiro condicionamento depende de uma linha de argumentação fisiológica que poderá estar incorrecta — mas o segundo reproduz integralmente a tese de que “a familiaridade gera o desprezo”. Ela defende que o macho é quem geralmente inicia a interacção sexual e que esse mesmo macho, pelo menos entre os primatas (embora estes não detenham a exclusividade desse comportamento), responde sexualmente a uma *variedade* de estímulos. Um mesmo estímulo sexual produzido repetidamente conduz à “saturação estimular” ou, por outras palavras, ao tédio. O animal deixa de se sentir excitado a partir de um certo momento. Os criadores de gado têm podido observar esse fenómeno e o mesmo se passa com os hóspedes dos zoológicos — e os homens que insistem para que as esposas mudem frequentemente de penteado estarão, talvez inconscientemente, a reagir ao mesmo problema. Se algum destes pontos de vista ou das combinações entre eles estiver correcto — e não poderei, aqui, expô-los mais detalhadamente —, dele resultará que os indivíduos, ao atingirem a puberdade, evitarão espontaneamente os elementos de sexo oposto da respectiva família. A relação entre pai e filha será, provavelmente, a menos íntima de todas as que se estabelecem entre os membros de uma família, o que explicaria que a síndrome possa não operar tão eficazmente nela como em qualquer das restantes.

Agora, no outro extremo, encontramos uma situação em que a vida sexual da família não é fácil. Seja por que razão for, poderão imperar um pudor e um recato consideráveis entre os membros da família de onde resulte que estes permaneçam “estranhos” uns aos outros. Nessas circunstâncias, eles serão tão sexualmente excitáveis entre si como o seriam em relação a pessoas estranhas durante a puberdade. Neste caso, não inter-

veio nenhum processo indutor de uma aversão natural. Pode ser que os seus membros se viem sem dificuldade para outros parceiros sexuais na puberdade, libertando a tensão acumulada, mas o mais provável é que numa tal sociedade existam restrições (à sexualidade pré-matrimonial, por exemplo) que lhes venham a coarctar essas tendências. Uma vez que a capacidade de relação dessas pessoas estará confinada, de alguma maneira, a elas próprias, apresentar-se-lhes-á um problema agudo. Esse problema resolver-se-á por si só se a própria força dos impulsos for tão grande que segregue o seu mecanismo de auto-inibição. As pessoas têm tanto receio de se deixarem atrair sexualmente pelos restantes membros das suas famílias que se refugiam na fantasia, efabulando estranhos mitos do incesto ou projectando os seus desejos ocultos em criaturas mágicas que praticam o incesto na maior impunidade — ou resolvem definitivamente a questão erradicando-o dos seus sistemas, a ponto de quando alguém se deixa ir e comete o crime máximo, o matarem no meio das mais horripilantes torturas, etc.

Ora, o que acabámos de explorar foram duas situações extremas, e as sociedades inserir-se-ão provavelmente num continuum entre uma e a outra, onde muitos factores intervirão para aumentar ou reduzir os sentimentos sexuais entre os membros da família. Mas o nosso propósito era o de dar conta da tal amplitude de variação. Gostaríamos que isto ajudasse também a resolver o problema da oposição, aparentemente inconciliável, entre a teoria de Freud e a de Westermarck — “desejo natural” *versus* “aversão natural”. Se nenhuma delas for tomada como universal, ambas poderão perfeitamente encaixar-se no presente quadro.

VI

Façamos, pois, o ponto da situação: o tabu do incesto — ou seja, a noção de que os acasalamentos incestuosos devem ser de todo evitados — faz parte da nossa herança cultural. Foi originado, ou porque trazia vantagens selectivas enquanto

profilático dos desastrosos resultados da procriação intra-familiar, ou porque foi uma consequência inevitável das limitações demográficas que se colocaram a esse tipo de procriação. Em qualquer dos casos, esse tabu está entretido na própria malha das nossas instituições e foi adoptado como se se tratasse de um *dado* à partida por todas as sociedades que se desenvolveram. Contudo, uma vez ultrapassada essa fase inicial da selecção natural e das limitações demográficas, nem sempre se manteve essa sua excelente razão de ser. Nesses casos, o tabu flexibilizou-se ou manteve a sua rigidez, consoante toda uma série de factores determinantes. Na generalidade, todavia, foi preservado. Talvez isso se tenha devido à existência de factores biológicos que concorreram para uma aprendizagem particularmente rápida dos mecanismos que regem os sentimentos de culpa e a inibição resultantes das primeiras experiências sexuais — factores esses que podem ter sido desenvolvidos através da selecção natural, de maneira a favorecerem e facilitarem a perpetuação do tabu; ou talvez esta se tenha devido a factores inibitórios de base igualmente biológica, os quais terão actuado de forma a originar uma aversão; ou ainda porque, mesmo na ausência desses factores, se geraram outras respostas inibitórias. Em qualquer destes casos, os resultados nunca serão perfeitos. O incesto ocorre, por vezes. Mas, geralmente, por um motivo ou por outro, não ocorre. E se as leis que o contrariam fossem suprimidas amanhã, ele continuaria a não ocorrer.

Depois de se ter embrenhado na leitura das páginas deste capítulo, o leitor ficará sem dúvida desconcertado diante da confissão de que ele não abarca a temática, sequer, pela metade. Apenas terei conseguido aflorar pela rama todas as complexidades que nela se encontram envolvidas. Mas que, ao menos, não permita que daqui em diante alguém diga que nada há a explicar acerca da proibição do incesto.